

RELATÓRIO DE AÇÕES SINPRF-GO – TRIÊNIO 2022-2024

Visando atender a vários questionamentos de filiados sobre a existência e ou andamento de ações judiciais propostas pelo SINPRFGO a Diretoria Jurídica apresenta a seguir um breve relatório de ações propostas pelo SINPRF-GO durante o Triênio – 2022-2024, bem como o atual estágio em que se encontram:

1- Cumprimento de sentença (execução) na ação referente as diferenças salariais dos 28,86% do ano de 1995.

Diversos cumprimentos de sentença foram propostos no ano de 2022 na ação dos 28,86% de 1995, as ações já estão em fase final, algumas já foram julgadas, sendo o processo enviado para atualização de cálculos e posteriormente expedição dos precatórios.

2- Cumprimento de sentença (execução) na ação referente as diferenças salariais dos 28,86% do ano de 2006.

Diversos cumprimentos de sentença foram propostos no ano de 2023 na ação dos 28,86% de 2006, todas as ações já foram julgadas, sendo expedido diversos precatórios e RPVs, restando somente 03 (três) ações que não tiveram precatórios ou RPVs expedidos, haja vista a interposição de recurso por parte da União.

3- Cumprimento de sentença (execução) na ação Civil Pública do MPF referente às diferenças salariais dos 28,86%, proposta pelo Ministério Público Federal.

Diversos cumprimentos de sentença foram propostos no ano de 2024, na ação civil pública do MPF, para atender aos diversos sindicalizados que não puderam participar das ações do SINPRF-GO, por diversos motivos como exemplo a ilegitimidade de parte e etc.

4- Cumprimento de sentença (execução) na ação referente aos 3,17% do ano de 2006.

Diversos cumprimentos de sentença foram propostos no ano de 2022, a maioria das ações já foram julgadas, algumas estando com o contador

judicial para atualização dos cálculos e posteriormente expedição de RPVs, outras ações estão em grau de recurso junto ao TRF1.

5- Auxílio-transporte – Desconto de 6% sobre dias trabalhados-FENAPRF

Ação proposta pela FENAPRF juntamente com os sindicatos filiados, incluído o SINPRF-GO, sendo uma ação de Mandado de Segurança com Pedido de Liminar, visando o recebimento do Auxílio-Transporte e desconto 6% (seis por cento) somente sobre os dias efetivamente trabalhados, para os PRFs que trabalham em regime de escala de trabalho. Foi deferida liminar e o processo está em diligência, sem data para julgamento.

6- Aposentadoria Especial - Ação Insalubridade – Fator 1.4

Ação coletiva proposta pelo SINPRF-GO, para conversão do tempo especial em comum, para os que trabalham em atividade insalubre/perigosa, multiplicando o tempo de serviço comum pelo fator 1.4, aumentando assim o tempo de serviço prestado pelos PRFs. A ação está concluída para sentença.

7- Ação Coletiva Contagem de Tempo do período de Licença Médica para Estágio Probatório.

Ação coletiva visando impedir à administração pública de suspender a contagem do tempo do estágio probatório em virtude de licença para tratamento da própria saúde. Foi concedida medida liminar determinando a União para que deixe de suspender a contagem de tempo do Estágio Probatório por motivo de licença médica para tratamento da própria saúde do servidor. O processo está concluído para sentença.

8- Jornada de Trabalho – Doação de Sangue – Banco de Horas

Ação coletiva contra a ilegal proibição de afastamento para doação de sangue, promovida pela Resolução PRF nº 15/2022, bem como para correção do sistema de frequência do órgão, que ignora as disposições legais e deixa de computar correta e integralmente esse afastamento, além do atestado para tratamento da própria saúde e até mesmo das férias dos substituídos, onerando indevidamente o banco de horas. Processo julgado improcedente. Processo remetido ao TRF 1, para julgamento do recurso de Apelação.

9- Progressão – Curso de Formação.

Ação coletiva proposta pelo SINPRF-GO para assegurar o direito dos substituídos ao cômputo do tempo de serviço referente ao período que frequentaram o curso de formação profissional para fins do desenvolvimento funcional, de modo a constar, para data da primeira progressão, a data de ingresso no curso de formação, com a conseqüente correção das demais progressões e pagamento devido, diante do atraso em todas as seguintes progressões. Processo foi distribuído para 16ª VF Cível.

10- Aposentadoria Especial – Conversão do Tempo

Ação coletiva proposta em conjunto com a FENAPRF, para garantir o direito dos substituídos – servidores públicos que antes do ingresso no Executivo Federal possuíam vínculo em carreira militar (ou de agente penitenciário ou socioeducativo) – ao cômputo desse tempo como exercício em cargo de natureza estritamente policial. Ação proposta perante a JF do DF, sentença reconhecendo a ilegitimidade ativa, aguardando publicação para interposição de recurso ao TRF 1.

11- Tempo de Serviço – Averbação

Ação coletiva para assegurar aos servidores que ingressaram no serviço público antes da implementação do Regime de Previdência Complementar - antes de 04/02/2013 - independentemente do ente federativo a que era vinculado (vínculo ininterrupto), e passaram ao cargo efetivo na PRF após essa data, a permanência no Regime Próprio de Previdência Social com disciplina anterior ao Regime de Previdência Complementar, portanto, sem a limitação de benefício pelo teto do RGPS. Processo concluso para decisão sobre pedido de antecipação de tutela.

12- Ação Revisional PASEP

O SINPRF-GO já firmou contrato com o escritório de advocacia que está preparando a ação revisional PASEP para protocolo, ainda no ano de 2024, tendo direito à revisão dos valores depositados na conta PASEP todos os filiados que trabalharam no serviço público até o ano de 1988.

13- Licença Capacitação – Reposição ao Erário

O SINPRF-GO protocolou ação coletiva visando a suspensão dos itens 6.3 e 7.5 da Nota Técnica n.º 02/2024/DGP/PRF, que prevê a hipótese de reposição ao erário, caso o sindicalizado não comprove a inscrição em curso de capacitação de forma ininterrupta, durante o período de gozo da licença capacitação, não importando que o mesmo comprove que executou a quantidade de horas necessárias e a aprovação nos referidos cursos, criando assim uma exigência não prevista na Lei.

14- Ações Individuais.

Propositura de diversas ações individuais, para tratar de temas variados, como auxílio-creche, licença capacitação, reposição ao erário, ação de danos morais, licença médica x progressão, indenização *per capita* saúde, FUNPRESP, averbação tempo de serviço de jovem aprendiz, pedido de reversão de aposentadoria por invalidez, diversas defesas em Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

- Ações protocoladas anteriormente que são de interesse de todos:

https://docs.google.com/document/d/1V_JJYksTPLGcpvwhQNyq6TeWC_AUKJm4ch6hxnwzlQYs/edit?tab=t.0